

Depois da fome, a qualidade: o Brasil e o desafio das dietas saudáveis



» JOSÉ GRAZIANO DA SILVA
Ex-diretor-geral da
Organização das Nações
Unidas para Alimentação e
Agricultura (FAO, 2012-19) e
diretor do Instituto Fome Zero

O Brasil foi oficialmente retirado do Mapa da Fome da FAO em 2025, após a prevalência de subalimentação cair de 3,4% no período 2020-2022 para 2,4% em 2022-2024: uma redução de cerca de 30%, segundo a edição 2025 do relatório O estado da segurança alimentar e nutricional no Mundo (Sofi), lançado semana passada pelas Nações Unidas.

Essa recuperação expressiva reflete a retomada de políticas macroeconômicas eficazes que haviam sustentado o primeiro avanço histórico em 2014, como a geração de empregos formais e a valorização do salário mínimo acima da inflação. Também foram fundamentais as políticas públicas focalizadas dirigidas a grupos mais desfavorecidos, como o Programa Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar, a Merenda Escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o fortalecimento das redes de proteção social, todas elas retomadas com vigor no atual governo Lula em 2023/24.

Mas sair do Mapa da Fome não significa que a fome tenha sido erradicada — e muito menos que a população brasileira esteja bem alimentada. Segundo o próprio Sofi 2025, cerca de 35% da população mundial, aproximadamente 2,8

bilhões de pessoas, não conseguem pagar por dietas saudáveis e de boa qualidade, que atendam aos padrões mínimos de variedade, equilíbrio nutricional e adequação calórica. No grupo de países de renda média-baixa, esse percentual é ainda mais alarmante: chega a 71,5%.

No caso do Brasil, o indicador nacional de incapacidade de pagar por uma dieta saudável varia entre 25% e 30% da população, de acordo com estimativas da própria Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Banco Mundial para o ano de 2022. Isso significa que cerca de 60 milhões de brasileiros estão excluídos do acesso a uma alimentação adequada do ponto de vista nutricional, mesmo em um país que já consegue garantir as calorias mínimas para praticamente toda a população.

Essa contradição explica em grande parte o crescimento contínuo da obesidade e do sobrepeso no país. Estima-se que mais de 15% dos adultos brasileiros sejam obesos e que cerca de metade da população esteja acima do peso — fenômeno que afeta de forma ainda mais intensa as camadas mais pobres e as crianças em idade escolar. Durante e após a pandemia, alimentos ultraprocessados se tornaram relativamente mais baratos e acessíveis que os alimentos in natura. É uma inversão perversa que afeta diretamente a saúde pública.

O acesso a frutas, verduras e legumes — fundamentais para uma alimentação de qualidade — segue muito abaixo do ideal. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde indicam que menos de 25% da população consome a quantidade mínima recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de pelo menos 400g por dia desses alimentos. O resultado é um cenário crescente de má nutrição silenciosa: uma alimentação rica

em calorias, mas pobre em nutrientes essenciais.

Sair do Mapa da Fome é um avanço significativo, mas não pode ser visto como um ponto final. Se o país não garantir a toda a população o acesso a dietas saudáveis e de qualidade, estará apenas mudando a forma da má alimentação — substituindo a fome por obesidade, diabetes e outras doenças crônicas associadas ao consumo excessivo de açúcar, sal e gorduras saturadas.

Essa nova etapa exige uma estratégia pública bem mais sofisticada e articulada. Não basta encher o prato. É preciso mudar o que vai dentro dele. É isso que exige políticas específicas voltadas à qualidade da alimentação: subsidiar a produção local e o consumo de hortifrutigranjeiros; tributar bebidas açucaradas e produtos ultraprocessados com base em evidências de saúde pública; fortalecer circuitos curtos de comercialização e feiras agroecológicas; valorizar iniciativas como o PAA e o Pnae; e ampliar a educação alimentar e nutricional em todos os níveis da sociedade.

É fundamental também avançar na regulação clara da rotulagem nutricional e da publicidade voltada ao público infantil. Hoje, grande parte da população não sabe o que está comendo — e não tem como saber. A maioria dos alimentos processados disponíveis nos supermercados não informa de forma clara seus riscos à saúde, e os mecanismos de alerta ao consumidor ainda são pouco eficazes.

O Brasil já provou que é possível reduzir a fome em tempo recorde. Agora, o desafio é outro: garantir o direito de todos a uma alimentação saudável, adequada e acessível. A próxima etapa da jornada começa no prato — que já não está mais vazio, mas pode estar cheio de “comida-porcaria”.

Maurenilson Freire



O tarifaço de Trump e os desafios do Brasil na nova ordem comercial



» RICARDO LEÃES
Professor da ESPM e
pesquisador de Relações
Internacionais

Donald Trump incluiu o Brasil entre os alvos de sua guerra tarifária. Após ameaçar a imposição de uma tarifa alfandegária de 60% sobre todas as mercadorias brasileiras, Trump recalibrado seu tarifaço: a partir de 6 de agosto, os produtos brasileiros pagarão uma taxa de 50% para estar à disposição dos consumidores estadunidenses. Entretanto, nessa ordem executiva, consta uma longa lista de itens que não deverão ser taxados, como aviões, combustíveis, minérios, fertilizantes, celulose, suco e polpa de laranjas etc.

A incorporação do Brasil no tarifaço de Trump imediatamente demanda de analistas e formadores de políticas públicas a capacidade de realizar uma análise concreta da situação concreta, a fim de entender suas reais motivações e avaliar quais são as possibilidades de remanejamento diante do atual contexto. Sem essa apreciação, fatalmente incorreremos no risco de prejuízos ao país: quem erra no diagnóstico erra na ação.

Com esse intuito, cabe ressaltar, em primeiro lugar, que a guerra tarifária de Donald Trump não é com o Brasil, mas com o mundo. Ainda durante a campanha eleitoral, o republicano afirmou que “tarifas” eram a palavra mais bonita do dicionário, mais bonitas do que “amor” — mas menos do que “religião”. Já se delineava, portanto, um caminho em que a imposição de tarifas majoradas

seria o expediente de Trump para atingir três objetivos interligados: i) a diminuição do déficit comercial estadunidense; ii) a reversão do processo de desindustrialização dos Estados Unidos; e iii) a atração de investimentos de empresas interessadas em seguir vendendo nos EUA.

À luz desses propósitos, nota-se que, por critérios técnicos, o Brasil não deveria ser afetado pelo tarifaço de Trump. Diferentemente de vários países, nosso país tem déficit comercial com os Estados Unidos e não é um dos responsáveis pela desindustrialização estadunidense. Ademais, em que pese setores industriais, como aviação civil, calçados, armamentos, autopeças e celulose tenham nos EUA um destino relevante, parece improvável que Trump os veja como um caminho para que seu país supere a guerra tecnológica em curso com a China.

Com efeito, na carta em que justificou a elevação de tarifas contra o Brasil, Trump fez duras críticas ao sistema judiciário brasileiro, acusado de perseguir o ex-presidente Jair Bolsonaro. Ademais, Trump afirmou que reverteria essa decisão caso Bolsonaro tivesse seus direitos políticos restabelecidos, em clara afronta à soberania nacional. Observem, então, que o caso brasileiro nesse sentido é único, uma vez que a guerra tarifária por aqui obedece a uma lógica política e não econômico-comercial.

Esse esclarecimento é imprescindível para compreender o porquê da aparente resistência do governo brasileiro em estabelecer negociações formais para solucionar a questão. Enquanto outros países estão tratando bilateralmente com os Estados Unidos apenas temas comerciais, o Brasil tem de lidar com uma tentativa de assalto à sua soberania, um ponto em relação ao

qual nenhum chefe de Estado deveria transigir.

Nesse sentido, a posição do governo brasileiro parece acertada em observar que Donald Trump tende a negociar sempre em posição de força, buscando se aproveitar das fragilidades de seu interlocutor para fazer valer seus interesses. Portanto, quando o Brasil sinaliza que está disposto a incorrer nos prejuízos imediatos da elevação tarifária, fica patente para o presidente estadunidense que nosso país não aceitará ser vítima de bullying.

Ademais, reitera-se que já está no passado a época de predomínio absoluto dos Estados Unidos em termos econômicos e comerciais. Cada vez mais, o centro dinâmico do comércio mundial tem se deslocado para a Ásia-Pacífico, com incontestante protagonismo chinês. Essa situação dá ao Brasil condição de correr riscos de perda de mercado nos EUA pela ciência de que existem alternativas — quicá até melhores para salvaguardar nossos interesses.

Salienta-se, por fim, que Donald Trump elegeu-se com uma plataforma de combate à inflação e ao crescente custo de vida. Durante a campanha, Trump culpou Joe Biden pela deterioração do padrão de vida do trabalhador médio em seu país, narrativa que ganhou tração eleitoral. Entretanto, o tarifaço de Trump terá como desdobramento inescapável um repique inflacionário nos Estados Unidos, dada sua dependência de mercadorias do exterior.

Cabe ao Brasil, portanto, manter-se ciente da primazia da soberania nacional diante do acossamento de Trump. Buscar boas relações com os Estados Unidos deve ser sempre um objetivo de um presidente brasileiro, mas esse propósito torna-se vão quando há tentativas de violação da nossa soberania.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (Interneta) // circecunha.df@dabr.com.br

Inteligência artificial e o futuro

Ainda não temos a exata medida da revolução trazida pela inteligência artificial (IA). O que se sabe até agora vem de previsões, a maioria repleta de interrogações e de sinais de mau agouro sobre essa nova tecnologia. De fato, o século 21 parece que será moldado pela IA em múltiplos aspectos. Cientistas respeitados, como o físico britânico Stephen Hawking, alertam para o perigo que a humanidade enfrentará caso a IA venha a adquirir vontade própria aliada a uma competência extrema e sobre-humana capaz, segundo ele, de representar uma ameaça à própria existência humana sobre o planeta.

Em sua obra póstuma *Brief answers to the big questions*, Hawking previu que a aprimoração da IA pode levar a humanidade a ser simplesmente ignorada e mesmo colocada em segundo plano, sendo então descartada como uma espécie superada. O fato é que a IA colocou o homem numa espécie de encruzilhada decisiva entre a salvação e a destruição. A questão é como estabelecer uma espécie de regulação ética e desenvolvimento responsável para a IA quando se sabe que a espécie humana é guiada por desejos — um deles o desejo pelo poder e pela dominação.

Desse modo, estariamos numa encruzilhada do tipo dialética, alimentando uma tecnologia que, no futuro, irá simplesmente nos destruir sem remorsos, sem choro nem vela. Talvez, estejamos inventando um novo tipo de pólvora ou bomba atômica que, mais cedo ou mais tarde, irá explodir a todos. Nas últimas quatro décadas, Peter Diamandis, empresário, médico e engenheiro, fundador da X Prize Foundation e da Singularity University, vem tentando entender que tecnologias vão moldar este século. Segundo ele, em pouco mais de uma década, o mundo tal qual o conhecemos hoje será totalmente irreconhecível. A principal ferramenta responsável por essa mudança será justamente a IA.

Neste mês, Peter Diamandis estará presente no Rio Innovation Week (RIW) falando sobre esse tema. Ao contrário de Hawking, ele é um otimista em relação ao futuro com a ajuda da IA. O que temos em mãos é que a IA, como toda grande revolução tecnológica da história, é ambivalente. Pode ser instrumento de dominação ou de libertação, dependendo de como a humanidade escolher usá-la.

Vejamos algumas das possibilidades concretas e positivas que a IA já começou a trazer. A medicina personalizada e cura de doenças é uma dessas esperanças. A IA está revolucionando a medicina com diagnósticos precoces mais precisos do que os realizados por médicos, detectando câncer, doenças neurodegenerativas e patologias raras com maior exatidão. Com o avanço de tecnologias como o machine learning, será possível desenvolver terapias personalizadas, criadas para o perfil genético de cada paciente, e prevenir surtos epidêmicos antes mesmo de se alastrarem.

Na educação, em vez de um modelo de ensino industrial, que trata todos os alunos como iguais, a IA permitirá a criação de ambientes educacionais altamente personalizados, que se adaptam ao ritmo, estilo de aprendizagem e interesses de cada estudante. Isso pode levar à inclusão de populações tradicionalmente marginalizadas, como adultos analfabetos, pessoas com deficiência e comunidades remotas.

Também na redução drástica da pobreza, há esperanças. Se associada a políticas públicas inteligentes, a IA pode significar maior acesso a bens, serviços e oportunidades e uma redistribuição mais justa da riqueza produzida, abrindo caminho para a redução da pobreza extrema em muitas regiões do mundo.

Na proteção ao meio ambiente, pode ser utilizada para prevenir desastres naturais com mais antecedência, otimizar o uso de recursos naturais, monitorar ecossistemas ameaçados e desenvolver novas formas de energia limpa. Algoritmos estão sendo usados para combater o desmatamento na Amazônia e para analisar os impactos das mudanças climáticas em tempo real.

Na governança inteligente, poderá ser responsável por tornar a gestão pública mais eficiente, transparente e orientada por dados reais. A corrupção poderá ser reduzida com sistemas de auditoria automatizados, e o planejamento urbano, a saúde pública e a segurança poderão ser otimizados com base em análises profundas e imparciais.

No entanto, nada disso será alcançado caso a IA venha a cair em mãos erradas. Algoritmos enviesados podem reforçar injustiças; sistemas autônomos de armas já estão sendo testados em zonas de conflito; e há o risco de concentração de poder nas mãos de poucas corporações ou Estados que dominem essa tecnologia. Por isso, mais do que discutir se devemos parar ou avançar, o centro da questão está no “como avançar”.

Ética, regulação internacional, educação pública sobre tecnologia e a formação de uma consciência coletiva global são elementos indispensáveis para garantir que a IA seja uma ferramenta de emancipação, e não de escravidão digital. Assim como aconteceu com as conquistas do fogo, da eletricidade e da energia nuclear, a IA é uma ferramenta. Não é boa nem má em si mesma. Tudo dependerá daquilo que faremos com ela. A pergunta que fica é: seremos capazes de guiar essa revolução com sabedoria ou seremos guiados por ela rumo à obsolescência? A resposta, por ora, ainda está em nossas mãos.

A frase que foi pronunciada:

“Estude o passado se quiser adivinhar o futuro.”

Confúcio

História de Brasília

De qualquer forma, é, ainda, a cidade quem paga por tudo isso. O projeto de isenção de imposto de renda para lucros imobiliários, o código tributário e outras proposições da Câmara (Publicada em 8/5/1962)